

O MILAGRE ECONÔMICO E A CRISE REAL DO GOVERNO MILITAR

Erenê Oton França de Lacerda FILHO¹

RESUMO

A presente abordagem de pesquisa, visa a questão econômica no período do governo militar (1964-1985). O foco argumentativo, pauta-se nas propostas de crescimento econômico e as medidas arbitrárias adotadas pelo governo no intuito de sobrepujar o país no cenário mundial, cujo legado desta investida econômica resultou em dívida pública sendo decretada a moratória. O estudo pauta-se em pesquisa bibliográfica de literatura específica, sobretudo, no debate orquestrado pelos empresários e a mídia nos anos de 1981, período final dos governos militares, com análise do cenário social, político e econômico. O diagnóstico foi o abalo da nação em decorrência das crises internacionais e o flagelo financeiro, suportado pela população em virtude de planos de crescimento com forte carga intervencionista do Estado. Adota-se como metodologia, a pesquisa qualitativa na modalidade descritiva para compreender de forma indutiva o fenômeno econômico deste período histórico. Essa pesquisa é de natureza básica, sem aplicação prática, cujo objetivo explicativo procura fomentar o conhecimento científico do momento histórico que antecedeu a redemocratização do país com as eleições diretas e a Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Governo Militar. Plano Econômico. Crise.

THE MIRACLE ECONOMIC AND THE REAL CRISIS OF MILITARY GOVERNMENT

ABSTRACT

This approach focuses on the economic issue during the period of military government (1964-1985). The argumentative focus is on the proposals for economic growth and the arbitrary measures adopted by the government with the aim of overcoming the country on the world stage, whose legacy of this economic onslaught resulted in public debt being declared moratorium. The study is based on bibliographic research of specific literature, especially

¹ Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade Federal do Paraná. Faculdade UNINA. E-mail: erene@unina.edu.br/francadelacerda@gmail.com

in the debate orchestrated by business people and middle back in 1981, the final period of military governments, with an analysis of the social, political and economic scenario. The diagnosis was the shock of the nation as a result of international crises and the financial scourge borne by the population due to growth plans with a strong interventionist burden from the State. Qualitative research in descriptive mode is adopted as a methodology to inductively understand the economic phenomenon of this historical period. This research is of a basic nature, without practical application, whose explanatory objective seeks to foster scientific knowledge of historical moment that preceded the redemocratization of the country with direct elections and the Federal Constitution of 1988.

Keywords: Military Government. Economic Plan. Crisis.

INTRODUÇÃO

Uma forma de compreensão do momento presente, é a análise do passado imediato. Considerando essa afirmativa, a relevância na análise do período histórico dos governos militares (1964 a 1985), propicia uma maior ênfase na compreensão dos efeitos econômicos e sociais no período da redemocratização do país. No Brasil, aquele período foi capitaneado por ideologia política nacionalista, sob a ótica da tecnocracia plena, um regime de governo autoritário e modelo econômico centralizador com o endividamento externo, abertura ao capital estrangeiro e aposta na criação de empresas estatais.

A aposta no modelo de crescimento pautado no capital externo, demonstrou-se falho, sobretudo pelas flutuações no mercado internacional, e por aderir a política de preços atrelados ao mercado mundial. Como exemplo mais explícito, o choque do valor pago pelo petróleo de acordo com os ditames da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, sendo o Brasil, naquele momento histórico, um grande importador de refinados/derivados, em virtude da escassez de matriz energética.

Essa alta no mercado internacional, que atingiu inclusive os mercados de países desenvolvidos, elevou a dívida pública com resultados negativos a serem suportados no período inicial da redemocratização (pós-Constituinte de 1988). A título ilustrativo, a superinflação resultou nos Planos Econômicos: Bresser,

Verão, Collor I e II, além de perdas no rendimento nas cadernetas de poupança.

Como objeto principal de análise deste artigo, a leitura do seminário ocorrido em 17/08/1981, onde economistas e empresários discutiram o balanço do denominado “Milagre Econômico” no período dos governos militares, o que resultou na obra organizada por Ruy Mesquita. Para melhor contextualizar a análise crítica, torna-se interessante as contribuições multidisciplinares de teóricos como a geógrafa Bertha Becker e os historiadores Maria Yedda Linhares e Thomas Skidmore.

O MILAGRE

A economia brasileira apresentava problemas no início dos anos de 1960, com maior destaque ao déficit crônico na balança de pagamentos, a estagnação no crescimento econômico e a inflação. Problemas surgidos em decorrência da má administração nos últimos meses de gestão do Governo Goulart. No tocante à questão econômica e financeira do país, o fato se agravou de tal maneira, que até mesmo um dos principais produtos de importação – o petróleo – só poderia ser fornecido mediante pagamento imediato, pois o Brasil não tinha mais crédito com os fornecedores e as reservas do país eram escassas.

A partir do ano de 1962, o país sofreu longo período de declínio que resultou em crise política e foi agravada por inflação crescente que paralisara as obras consideradas básicas pelo governo, em consequência, houve forte pressão sobre os salários, que despontou em clima de enfrentamento entre patrões e empregados; a paralisação dos investimentos privados, seja por temor da conjuntura econômica e política, seja por mecanismo de “lock out”, que influenciou ao declínio econômico do governo Goulart. Ao mesmo tempo, os rumos tomados pela política externa brasileira reduziram a captação de capitais estrangeiros, em especial os oriundos dos Estados Unidos da América.

Após a instauração de novo regime político em 1964, surgiu a face mais grave do ciclo recessivo diante da escassez da poupança interna, com a opção pelo capital estrangeiro, motivada pelo setor de bens de consumo duráveis

(eletrodomésticos e veículos). Os próprios militares se obrigaram a patrocinar a intervenção estatal, com a criação de eficientes redes de empresas monopolísticas públicas (mineração, energia elétrica, telecomunicações, transporte, siderurgia). A própria Escola Superior de Guerra – ESG, não mais se ateve ao desenvolvimento econômico, evitando um tema que expunha as Forças Armadas à divisão entre facções nacionalistas ou adeptas ao estrangeirismo. Com o decurso do tempo, a ESG se voltou para a questão de segurança interna.

No governo do primeiro presidente militar, o general Humberto Castelo Branco, a política econômica ficou a cargo de Otavio Gouvêa Bulhões e Roberto Campos, ministros da Fazenda e do Planejamento respectivamente. A principal incumbência consistia em prover a eficiência do capitalismo, de modo que fosse possível a restauração da capacidade dos investimentos públicos e privados.

A cúpula de governo atribuiu à inflação o papel de “maior problema”, com a adoção de um plano de estabilização econômica consubstanciado no Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG, entre 1964/66 (BRUM, 2002, p. 316). Para atacar a inflação, o governo enfrentou as suas causas básicas, ou seja, adotou medidas que reduzissem o déficit público, controle mais rigoroso ao crédito destinado ao setor privado e política de contração de assalariados através do PAEG.

Como forma de combater a desigualdade e incentivar o desenvolvimento, foi aprovada a Lei nº 4.504, em 30 de novembro de 1964, conhecida como o Estatuto da Terra, a propiciar a execução da reforma agrária e promoção da política agrícola. Porém, a essa lei não foi aplicada, tendo o governo militar optado pela modernização conservadora, favorecendo assim os grandes e médios proprietários rurais.

A partir de 1967, o general Costa e Silva substituiu Castelo Branco na Presidência da República e realizou alterações na direção do Ministério de Política Econômica, sob a responsabilidade do economista Delfim Neto.

Antonio Delfim Neto, ao analisar a inflação brasileira, concluiu que a mesma não era induzida pela demanda nacional, e sim pelo próprio custo que produzia. O custo mais importante era o crédito enxuto.

O Ministro da Economia orientou, no sentido de propiciar o crédito e estimular a demanda, tendo por raciocínio que ambos seriam absorvidos rapidamente no cenário nacional. A meta era o aumento do crescimento da renda per capita, expansão da oferta de empregos, redução da desigualdade geral e relativo equilíbrio monetário (SKIDMORE, 1988, p. 144).

Sobre o milagre brasileiro discorre Brum:

A ação dos governos militares, no plano econômico, seguia quatro diretrizes básicas, complementares e integradas: criar e assegurar condições para um crescimento econômico acelerado; consolidar o sistema capitalista no país; aprofundar a integração da economia brasileira no sistema capitalista internacional; e, como coroamento, transformar o Brasil em potência mundial, retirando-o da condição de país subdesenvolvido e projetando-o como país de Primeiro Mundo (BRUM, 2002, p. 322).

O Governo editou, em 1967, o decreto criando o Conselho Interministerial de Preços, onde todo o reajuste de mercadorias deveria ser consultado e aprovado pelo Governo. Quanto ao aumento salarial no setor público, inicia um contínuo processo de controle dos reajustes salariais a patamares anuais. Isso sufocou as greves e resultou na perda real de 25% do salário. Após essa estabilização, o país iniciou nova estratégia de desenvolvimento econômico.

A economia brasileira, em aceleração, pautou-se na organização centralizada do Estado. Entende-se como “milagre econômico”, o período compreendido entre os anos de 1968 e 1972, quando o país cresceu a 9% ao ano. Já a crise real, iniciou a partir das reformas administrativas e fiscais dos governos militares, que ampliou a fonte arrecadatória pelas agências de governo e empresas estatais.

Linhares, ao definir o plano de governo, aponta o nacionalismo ufanista:

Nacionalismo ufanista do ‘Brasil Grande’, a realização da vocação nacional a ser grande potência e a tendência a tratar todos os críticos da política econômica, em particular aqueles contrários ao endividamento, como traidores. O governo incentiva a propaganda nacionalista em torno do *slogan*: ‘Brasil ame-o ou deixe-o’, utilizado nas comemorações oficiais da vitória da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970 (LINHARES, 1990, p. 299).

A oposição criticou a postura econômica adotada pelo governo, referindo-se à negligência de necessidades sociais, das reformas agrárias e educacionais de base.

Nesse contexto, se consolida o milagre econômico de um governo austero e concentrado no plano monetário.

Por um lado, o governo impôs como meta, reajustes salariais anuais, o que resultou em maior controle estatal sobre a sociedade e a economia forçou a alta produtividade da mão-de-obra. Em compensação, a isenção das empresas no pagamento dos encargos sociais inerentes a demissão de funcionários, acabou expondo o trabalhador a uma alta rotatividade e os camponeses eram explorados devido à má utilização das leis rurais.

Nessa realidade, surgiram dois novos fenômenos: os inchaços urbanos em detrimento do esvaziamento rural e certo afluxo ao interior em busca de locais exploratórios, o que forçou ao trabalhador, o aventureiro, o capitalista ou o oportunista a povoar o país.

INCHAÇO DOS CENTROS URBANOS E A INTERIORIZAÇÃO NO TERRITÓRIO NACIONAL

Quanto ao êxodo rural, houve um crescimento urbano de aproximadamente 34% entre as décadas de 1960 e 1980, com nítido reflexo no deslocamento do cenário econômico do campo para cidade, conseqüentemente, houve a explosão das megalópoles como São Paulo, composta de 37 municípios e do Rio de Janeiro, composta de 14 municípios, ambas somavam aproximadamente 18% da população brasileira no início de 1980.

Ante essa nova realidade, o governo desenvolveu o plano nacional de habitação, com a construção de moradias urbanas, além de investimentos na indústria e outros programas nacionais na área do petróleo, comunicação e energia.

Ressalte-se que, a migração das massas rurais foi absorvida como mão-de-obra de baixo custo nas indústrias, assim, não dispunham de condições para consumir as mercadorias duráveis produzidas pela indústria nacional, o

que gerou a falta de mercado de consumo. Em contrapartida, era interessante para indústria que não houvesse a especialização dos empregados por conta do baixo custo salarial. Assim, o sistema corporativo de saúde, férias, pensões, criados no governo de Getúlio Vargas não causou excessiva onerosidade devido às baixas remunerações ou a adesão ao emprego informal.

Por outro lado, com o povoamento de todos os rincões do território nacional, o governo sobrepujou as correntes desenvolvimentistas, com políticas fiscais voltadas ao empresariado e incutiu no inconsciente coletivo o espírito de desbravamento e integração nacional. Denota-se que, uma das formas de propaganda utilizada, foi através de algo palpável e acessível a todos como o papel moeda.

Dentro de um contexto de modernização e desenvolvimento do território brasileiro, com base no lema positivista “Ordem e Progresso”, a construção ideológica da nação visa aclamar o indivíduo como membro de um Estado integrado, forte e progressista.

A questão da integração nacional está explícita no início dos anos 70, como política de governo a preencher os “espaços vazios”, via desbravamento e fixar moradia nos rincões do Brasil. Discurso que reforçou a mentalidade do indivíduo-nação, utilizado como pano de fundo à intenção de evitar o separatismo territorial. Dentre as grandes metas dos militares: a unificação territorial com a exploração da Amazônia; a manutenção dos territórios de fronteira para defesa estratégica do país, além de efetivar Brasília como capital federal (BECKER, 1992, p. 34).

A preocupação é legítima, pois uma melhor distribuição demográfica possibilita o planejamento e construção urbana condizente com as diretrizes internacionais e maior integração nacional. Quanto a integração regional, a dispersão populacional facilita a logística entre centros urbanos, favorece a ocupação territorial, a implementação de programas de governo e exerce influência na segurança nacional. Exemplo desse programa de incentivo, a ocupação do território nacional está impressa no papel-moeda no valor de 500 cruzeiros, em circulação a partir de 1972.

Figura 1 – Incentivo em prol da ocupação territorial e integração nacional.



FONTE: Adaptado Banco Central do Brasil (2023).

Os exemplos de intervenção do governo federal nas regiões mais afastadas, se justificam pela falta de auto sustentabilidade de alguns Estados-membros, assim, aos planos e incentivos regionais de desenvolvimento tornam-se cruciais, por exemplo, políticas fiscais específicas à manutenção, sobretudo, dos estados da região Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Os incentivos consistem no denominado caráter redistributivo ao realizar uma política seletiva de transferências legais de tributos federais, bem como, a aplicação de política diferenciada de juros em atividades prioritárias e aproveitamento econômico e social, tudo para diminuir as disparidades regionais da federação.

Nesse período, ocorreu relevante processo de modernização social, econômica e política no Brasil, com alterações estruturais importantes e definitivas, como por exemplo, a relação campo/cidade, o que acaba por fortificar a industrialização, a concentração de renda e a integração no conjunto econômico capitalista mundial.

A CRISE REAL

No governo de Ernesto Geisel (1974 - 1979), o plano econômico dá sinais de fraqueza em dois pilares: o endividamento externo e o arrocho salarial. A problemática que se apresenta frente ao endividamento, é referente aos juros flutuantes, que absorve percentagens cada vez maiores do Produto Interno Bruto.

Com a alta dos preços do petróleo, em 1973, decorrente da guerra do

Egito/Síria/Israel - Yom Kippur, a indústria nacional que utiliza os derivados de petróleo acaba afetada e repassa os valores ao consumidor. Eis um fator de forte relevância para o descontentamento com o governo militar e o início da crise econômica (LINHARES, 1990, p. 299).

Dessa forma, mesmo com a expansão do parque industrial, ocorreu a recessão econômica, o aumento das desigualdades regionais e sociais, com concentração da renda independente do anterior crescimento da economia nacional (10% ao ano), (LINHARES, 1990, p. 300).

Diferente do “milagre alemão (1950) e japonês (1960)”, no caso brasileiro, a economia era movida basicamente com recursos externos (empréstimos, capital de risco e tecnologia importada), por consequência, ao longo dos anos, o país não teve condições de sustentar o alto desempenho econômico. A partir de 1974, ocorre o declínio do PIB e em 1981 o país entrou em profunda crise econômica.

A balança comercial brasileira, a partir de 1974, apresentou enormes déficits causados principalmente pela importação de petróleo, que ultrapassaram os US\$ 4 bilhões ao ano, cuja inflação no final dessa década em torno de 94,7%. A capacidade de geração de divisas, se tornou insuficiente para sustentar o ritmo do crescimento e, então, a inflação atingiu patamares em torno de 110% em 1980 e 200% em 1983.

A dívida externa brasileira atingiu a US\$ 90 bilhões, com a utilização de 90% da receita oriunda das exportações para a sua amortização. Por consequência, desencadeou um altíssimo índice de desemprego no país.

O Governo procurou implantar, nos anos de 1975 a 1979, o modelo japonês de política econômica, com fortalecimento de empresas estatais, a industrialização de bens de capitais, os investimentos na autonomia tecnológica, o apoio ao crediário dos setores secundários e terciários com o intuito de fomentar a produção de insumos intermediários indispensáveis para a indústria e alteração no plano político externo com vistas à independência econômica nacional (BECKER, 1993, p. 139).

No que tange as questões de infraestrutura, o governo passou a investir na integração dos sistemas rodoviários, energéticos, urbanos e das

telecomunicações.

A modernização da economia, foi alcançada com o deslocamento da dinâmica agrícola para industrial, e da estrutura econômica de importação para exportação, ao aderir à economia protecionista.

Com isso, vários foram os fatores que contribuíram para a expansão econômica brasileira, com destaque para estabilidade política, perspectivas seguras de expansão e lucro nos empreendimentos econômicos e restauração de confiança dos investidores. No setor público, havia a recuperação do crédito no exterior e o aumento centralizador do controle sobre a arrecadação interna de tributos.

Quanto às produções tecnológicas ou da indústria pesada, o país deixou de ser um importador e passou a produzir bens de consumo, com dificuldades na produção de bens intermediários e de capital. Foi no período do governo militar, que se ampliou a infraestrutura com a produção interna de maquinário pesado e o processamento da tecnologia de química fina, nuclear, informática, indústria de armas e de aeronaves. Eis o significado do II Plano Nacional de Desenvolvimento, para industrialização nacional, com atuação direta de Estado e um endividamento crescente, em decorrência da importação de tecnologia avançada, mais dispendiosa do que a simples produção de bens de consumo.

Esse Plano não conseguiu prosperar em decorrência da alta do petróleo no mercado internacional, o que resultou no aumento da dívida externa, além de concessões altamente vantajosas ao capital externo.

Outras formas de energia foram repensadas, como as energias: nuclear e a hidroelétrica, porém, ambas não tiveram proveito no sistema viário, sendo utilizadas como fonte geradora de energia para imóveis, iluminação pública e indústria.

Em 1979, com o segundo choque do petróleo no plano internacional, e a elevação da taxa de juros no mercado externo, acentuou a crise econômico-financeira interna, com reflexo nos investimentos financeiros da indústria nacional e estrangeira. Além disso, a expansão demográfica e marginal dos centros urbanos, o contínuo protecionismo estatal, somada as argumentações sobre a legitimidade política do governo, enfatizou a crise de forma geral. Diante

da problemática dos preços do petróleo no cenário mundial, o país apostou no Plano Proálcool, no sistema viário e na tecnologia nuclear alemã.

QUESTÕES POLÍTICAS

Nas eleições parlamentares de 1974, sob o impacto da crise econômica e uma sucessão de escândalos financeiros, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro consegue ampla vitória eleitoral. Os debates entre candidatos e a propaganda política, pela primeira vez desde o início do governo militar, foram narradas, momento em que a população conhece a face oculta do milagre econômico, ou seja, a dívida externa, estava em torno de US\$ 100 bilhões.

O presidente Geisel, após hesitações, diante de um clima político complexo, opta pela abertura eleitoral, com ações “lenta, gradual e segura”, através de Emenda Constitucional de 1978, afasta militares identificados com a tortura e a corrupção, revoga atos de discricionários e restabelecer eleições locais (LINHARES, 1990, p. 300).

O último presidente militar, João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979 - 1984), concedeu anistia política, alterou a legislação partidária e concedeu maior liberdade de organização aos partidos políticos do país.

Sob o cerco militar e em Estado de Emergência, o Congresso elegeu o Presidente da República através de eleições indiretas, por um colégio eleitoral, em um aparente favorecimento do candidato governista.

Em oposição, os políticos contrários a esse protecionismo da política governista, argumentam que haveria comoção social nas tentativas de manter os partidários do governo militar no poder através do Partido Democrático Social.

Em manobra política, Tancredo Neves, candidato da oposição governista, firmou acordo com os militares, para empossar membros do partido governista em Ministérios, além de não permitir inquéritos sobre as torturas, desaparecimentos, escândalos financeiros e/ou responsabilizar qualquer membro do governo militar pela dívida externa.

ANÁLISE ECONÔMICA

Em seminário no Instituto Roberto Simonsen, na cidade de São Paulo, em 17 de agosto de 1981, empresários e economistas realizaram um balanço sobre milagre econômico nos anos da Ditadura Militar, a frustração frente aos investidores estrangeiros e a problemática dívida externa agregada. Entre os conferencistas o professor Albert Fishlow da Universidade da Califórnia, além dos debatedores Luciano Coutinho da Unicamp, Sérgio Silva de Freitas representando o Banco Itaú e Alkimar Moura da Fundação Getúlio Vargas - FGV (MESQUITA, 1981, p. 13-63).

Posto em pauta que mesmo controversa, a política econômica, monetária, ortodoxa e recessiva adotada como única fonte aceita pelo mercado financeiro internacional, gerou maior segurança. Contudo, a adoção dessa tática em paralelo a crise industrial, falências empresariais, desnacionalização, desemprego em massa e insatisfação social colocou esse sistema em xeque. Uma das críticas declaradas por Fishlow, foi a persistência do país não recorrer aos investidores estrangeiros.

O fato do Brasil não se socorrer ao Fundo Monetário Internacional – FMI, foi encarado como falta grave pelo sistema financeiro internacional. Entre as questões e debates, abordou-se o crescimento em passos moderados pelo setor nacional de produção, a construção de habitações, política compensatória de emprego, sem sobrecarregar as importações, a reforma fiscal, a diminuição dos gastos públicos e a dispensa dos subsídios.

O país apostou no endividamento para o crescimento, mas o insucesso dessa política de governo ocorreu pela falta de flexibilidade do mercado interno em aceitar as diretrizes do mercado internacional, por exemplo, a correção cambial para janeiro de 1980. Porém, grande parte da dificuldade se originou em 1981, quando cresceu o desequilíbrio econômico mundial e a baixa nas reservas internacionais.

Uma pergunta levantada pelo auditório, questionava se não era o momento de o país apostar no endividamento ou confeccionar um plano de desenvolvimento, na medida em que a integração da economia brasileira, em

um sistema mais estável, resultaria em maior segurança.

Em resposta ao questionamento, Moura, da FGV-SP, abordou suas restrições a essa ideia, discorrendo que a estratégia de endividamento provoca uma instabilidade, pois a abertura da economia para um sistema mais robusto deve ocorrer com estabilidade.

Demonstrou-se então, que os índices de exportações eram invejáveis e que o país em 1981 era 50% mais forte do que em 1974, porém três vezes mais endividado. Abordou-se que a dívida foi alvo de um forte baque em 1974 e 1979, nas duas crises do petróleo. Outro ponto discutido, era de que a dívida externa não foi estéril, pois propiciou o crescimento nacional.

A taxa de juros não dependia da política econômica dos Estados Unidos, e sim de uma programação mais ampla dos países envolvidos no cenário econômico mundial. Constatou-se que, ao atribuir insucesso do crescimento à falta de desenvolvimento econômico, não solucionaria os problemas nacional frente ao cenário internacional.

Nesse encontro, mencionou-se que para o país pagar a dívida precisaria de um crescimento a 10% ao ano. Desse modo, o debate versou em como refinar a dívida e, como administrar essa situação ante a instabilidade mundial.

Nessa conferência, ocorrida em 1981, chegou-se ao consenso sobre a impossibilidade de o FMI ter condições financeiras, para emprestar dinheiro a países do tamanho do Brasil, sendo possível somente para países pequenos. Num eventual empréstimo, os debatedores cogitavam que um eventual “calote” afetaria outros países em suas economias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tempos em tempos, na realidade brasileira, surge a problemática econômica, cuja solução consiste na aplicação de projetos de vultuosa envergadura sob a premissa desenvolvimentista. Nesse cenário, o Estado Brasileiro se modernizou e solidificou pouco antes de iniciar sua redemocratização.

Nos anos de 1960, o Estado passou por uma crise econômica e, de forma impositiva, o governo tomou medidas para impulsionar o crescimento econômico, com políticas de ocupação territorial, desenvolvimento do parque industrial, redução dos gastos públicos e demais programas que resultaram em crescimento acelerado. Todavia, inexistia suporte no mercado interno para acompanhar esse ritmo, juntamente com as variações da economia externa, o que trouxe uma nova bancarrota do Estado.

Historicamente, o crescimento da nação sempre ocorreu devido a fortes investimentos externos e a questão inflacionária sempre assombrou aos brasileiros. No governo de Juscelino Kubitschek, houve o crescimento industrial, em projetos quanto a infraestrutura e a modernização da economia, impulsionado pela propaganda “50 anos em 5”, sobretudo com a construção da nova capital federal na região central do país.

Na época do governo militar, a economia cresceu com o retorno dos investimentos estrangeiros e, a pujança econômica interna, teve como mentor o tecnocrata Delfim Neto. Entretanto, a desigualdade econômico-social impediu a absorção dos insumos produzidos, bem como, a instabilidade internacional favoreceu esse cenário. Por consequência, na década de 1980, a inflação galopante, o congelamento salarial, aliado aos infrutíferos planos econômicos que confiscaram os valores nas cadernetas de poupança infringiu ao governo e ao povo uma crise sem precedentes. Um dos resultados foram as indenizações milionárias impostas ao erário no limiar do século XXI, além do prejuízo suportado por uma parcela da população que não obteve o completo expurgo de suas cadernetas de poupança, visto a necessidade do ingresso judicial para reaver os valores.

Os efeitos da modernização nacional iniciado no período do governo de Kubitschek, em continuidade durante todo o governo militar e perdurou até o início da década de 1990, obrigou o país a trabalhar com empréstimos internacionais e pagamento de juros, com consequente aumento da inflação e crise do Estado. Essa política econômica, suscetível as oscilações internacionais geraram um alto custo a credibilidade do país no cenário mundial, flagelou de forma singular a população e deixou o legado de insegurança decorrente de

perdas que traz a crise inflacionária.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Uma nova potência regional na economia – mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1993. cap. I, p. 29 – 30, 32 – 36. cap. IV, p. 136 – 144.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20 ed. Rio Grande do Sul: Inijui, 1999, p. 571.

LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. 9ªed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, p. 93 – 141.

MESQUITA, Ruy (Org.). **Em discussão o Brasil**: o debate do Jornal da Tarde, com economistas e empresários, sobre a crise econômica. São Paulo: O Estado de S. Paulo. 1981, p.13-63.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2000. cap. VII, p. 251 – 255.

_____. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. São Paulo: Paz e Terra S/A, 1988. cap. IV, p. 141 – 148, cap. V, p. 274 – 288, cap. VI, p. 349– 353.